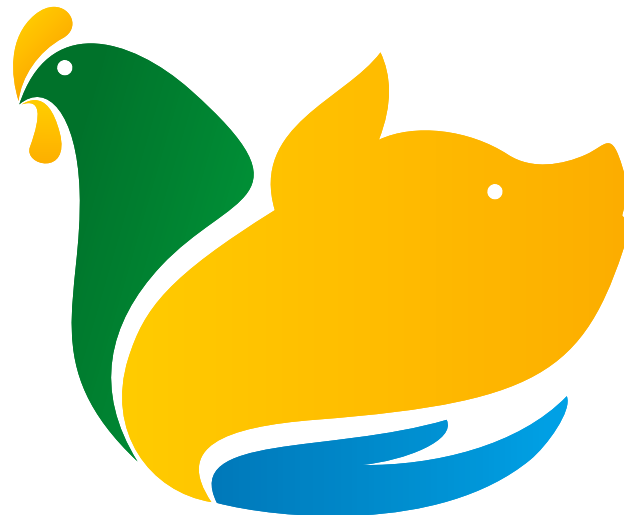


ANAIS 2019



SIAVS

**SALÃO INTERNACIONAL
DE AVICULTURA E SUINOCULTURA
INTERNATIONAL POULTRY AND PORK SHOW**

27 a 29 de agosto de 2019
Anhembi | São Paulo - SP | Brasil

IMPACTOS ECONÔMICOS POTENCIAIS DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO FEDERAL BASEADO EM RISCO EM ABATEDOUROS DE SUÍNOS NO BRASIL

FM Martins^{*1}, JD Henn¹, A Coldebella¹,
RH da Silveira², ER Albuquerque² e JD Kich¹.

¹Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC,
Brasil.

²Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento (MAPA), Distrito Federal,
Brasil.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the impacts of the Normative Instruction 79/2018, which updates ante mortem and post mortem inspection procedures in swine carcasses in Brazil. The normative assigns to the official inspection service the control over critical control points that threaten consumers' health. The slaughterhouses, in turn, become responsible for undertaking assessment and classification procedures on quality issues. Data were obtained from tests and interviews conducted in six representative slaughterhouses. Overall, the new system reduces the time that official inspectors and their support team use to conduct official ante mortem and post mortem inspection procedures. For slaughterhouses, the new system has the potential to improve supply chain quality management, increase products quality and market access.

Introdução

O Brasil é quarto maior produtor e quarto maior exportador mundial de carne suína. Atendendo a requisitos dos mercados mais exigentes, o país exporta cerca de 19% de sua produção e mantém participação média de 8,8% nas exportações mundiais (Martins, F.M, 2018). Para garantir a sua competitividade, a cadeia

produtiva tem se organizado de tal forma a obter melhorias contínuas em produtividade, qualidade e aperfeiçoamento dos controles sanitários. Estes esforços também resultam na alteração do perfil zoonótico atribuído à carne suína. Assim, se fez necessária uma revisão do modelo tradicional de inspeção (RIISPOA/1952 e atualização de 2017, Portaria 711/1995). Em projeto demandado pelo DIPOA/

MAPA e conduzido pela EMBRAPA Suínos e Aves e UFRGS, foi construída a proposta de inspeção com base em risco, recentemente regulamentada pelo MAPA (IN 79, 2018; Kich et al., 2019). Neste modelo o serviço oficial controla os riscos que efetivamente ameaçam a inocuidade dos produtos. À indústria cabe a execução de autocontroles que classificam matérias-primas com base em critérios de qualidade, sem riscos ao consumidor. O serviço oficial audita os autocontroles e atua nos processos em casos de inconformidade com requisitos legais. O objetivo deste estudo é analisar os potenciais impactos econômicos dos procedimentos de inspeção de suínos baseada em risco no Brasil.

Material e métodos

Os principais dados analisados são baseados em cronoanálises e entrevistas realizadas junto a auditores fiscais federais (AFFAs) e gerentes de seis abatedouros (com inspeção SIF) onde foram testados os novos procedimentos – 1 no Rio Grande do Sul, 3 em Santa Catarina, 1 no Paraná e 1 em Minas Gerais. As cronoanálises foram realizadas em 4 destes abatedouros, contemplando diferentes velocidades de abate: 160 suínos/hora; 310 suínos/hora; 400 suínos/hora e 550 suínos/hora.

Resultados e discussão

A proposta de inspeção com base em risco prevê que o serviço oficial mantenha o foco em procedimentos que controlem perigos efetivos à inocuidade dos produtos. O novo sistema atribui à indústria a responsabilidade de executar autocontroles e classificações com foco na qualidade dos produtos, descartando ou tratando adequadamente os produtos impróprios. Os autocontroles devem ser coordenados por um médico veterinário responsável (MVR) designado pela indústria. Cabe ao

AFFA executar, periodicamente, auditorias sobre os autocontroles.

A inspeção baseada em risco impacta no tempo que o AFFA utiliza nas avaliações ante mortem e post mortem. No ante mortem o sistema tradicional prevê que o AFFA faça a avaliação dos suínos em movimento e deitados. No novo modelo, esta avaliação é restrita aos suínos deitados e, de acordo com os testes, possibilita reduzir em até 71% no tempo de avaliação dos suínos. No abatedouro com velocidade de 550 suínos/hora, por exemplo, a redução foi de 163 minutos por turno de 8 horas. No abatedouro de menor velocidade (160 suínos/hora) a redução foi de 37 minutos por turno. Os impactos são também influenciados por fatores como capacidade, leiaute e existência de passarelas adequadas nas pocilgas. O exame post mortem baseado em risco reduziu significativamente a desclassificação de carcaças à exportação. Anteriormente, carcaças que apresentavam qualquer problema de qualidade eram desviadas para exame veterinário oficial e recebiam a designação de Não Exportáveis (NE). Entre 2012 e 2014 a taxa média de desvios no Brasil foi de 10,2% (Coldebella et al., 2018), chegando a 18,5% em alguns casos. No novo sistema, a atuação do AFFA junto ao DIF se restringe à inspeção de carcaças que de fato apresentem perigo ao consumidor. A taxa de desvios ao DIF foi reduzida a 1,1% durante os testes piloto. Assim, no abatedouro de maior velocidade, o novo sistema economizou, por turno, 462 minutos de atuação do AFFA no DIF. No abatedouro de menor velocidade, a economia foi de 103 minutos por turno. O tempo utilizado nas auditorias dos autocontroles aumenta na razão inversa da velocidade de abate. A cada turno, as auditorias demandaram 288 minutos no abatedouro de 160 suí-

nos/hora e 92 minutos no abatedouro de 550 suínos/hora.

Considerando o impacto geral nas atividades dos AFFAs, o novo sistema economiza, respectivamente, 533, 314 e 168 minutos por turno, nos abatedouros de 550, 440, e 310 suínos/hora. A modernização possibilitou o ajuste do tempo necessário para a execução das atividades do AFFA às 8 horas de trabalho previstas no seu regime de contratação. Isto não era possível no sistema tradicional, especialmente em abatedouros de maior capacidade de abate. No abatedouro de menor velocidade a modernização implicou um acréscimo geral de 88 minutos nas atividades do AFFA a cada turno. Mesmo assim, carga horária de 8 horas do AFFA pode ser suficiente para cobrir as atividades de abate desenvolvidas nesse período.

O sistema tradicional inclui 37 procedimentos post mortem nas linhas de inspeção sob controle do serviço oficial. Destes, 9 procedimentos, realizados na língua, papada e rins, foram excluídos no sistema baseado em risco. Para suínos termina-

dos, o único procedimento oficial previsto para a execução nas linhas de abate é a inspeção dos linfonodos mesentéricos. O novo modelo transfere ao abatedouro o autocontrole sobre os demais procedimentos, designados como “atividades de avaliação e classificação”. Estas mudanças reduzem em 83% a demanda pelo trabalho de auxiliares na linha de inspeção. Nos testes, o número de auxiliares oficiais do abatedouro de 160 suínos/hora foi reduzido de 4,6 para 0,8. No abatedouro de 550 suínos/hora o número de auxiliares foi reduzido de 15,6 para 2,7.

Em geral, as opiniões dos entrevistados apontam que inspeção baseada em riscos tem o potencial de melhorar processos de gestão da qualidade. Por exemplo, ao assumir as atividades de autocontrole, os técnicos das agroindústrias terão uma visão direta sobre a qualidade dos suínos. Isto facilita a definição de ações corretivas junto aos técnicos de campo e produtores. Estas medidas podem implicar substanciais melhorias nos sistemas de rastreabilidade.

Conclusão

Para o serviço oficial, o modelo de inspeção baseado em risco reduz o tempo que os AFFAs utilizam nos procedimentos de inspeção em abatedouros de maior velocidade de abate e qualifica os procedimentos de auditoria de autocontroles. Nos abatedouros de menor velocidade haverá um acréscimo de tempo no trabalho do AFFA devido às auditorias, sem comprometer, no entanto, os limites de um turno de abate. A modernização implica ainda em redução de 83% pelo trabalho de auxiliares de inspeção oficial. Para os abatedouros, a implementação de auditorias demanda o trabalho de um médico veterinário responsável. No entanto, os abatedouros terão sua força de trabalho focada em processos de gestão da qualidade em suas respectivas cadeias de produção. Isto proporcionará melhor qualificação de produtos para o mercado interno e para as exportações.

Bibliografia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 711, de 1º de novembro de 1995 – Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos. 1995. Disponível em: http://www3.servicos.ms.gov.br/iagro_ged/pdf/714_

GED.pdf. Acesso: 11/04/2019.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº79, de 14 de dezembro de 2018 - Procedimentos de inspeção ante e post mortem de suínos com base em risco. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55444279. Acesso: 12/04/2019.

MARTINS, F.M.; SANTOS FILHO, J.I. DOS.; TALAMINI, D.J.D. Conjuntura econômica da suinocultura brasileira. Anuário 2019 da Suinocultura Industrial, Itu, ed. 285, n.06, p.22-27, 2018.

KICH, J.D.; COLDEBELLA, A.; ALBUQUERQUE, E.R.; CARDOSO, M.; LUIS GUSTAVO CORBELLINI, L. G.; COSTA, E. de F. Opinião científica: Modernização da inspeção sanitária em abatedouros de suínos - inspeção baseada em risco. No prelo, 143 p. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2019.

COLDEBELLA, A.; KICH, J.D.; ALBUQUERQUE, E.R.; BUOSI, R.J. Avaliação dos dados de abate e condenações/desvios de suínos registrados no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal nos anos de 2012 a 2014. DOCUMENTOS 198, 127 p. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2018.